

A data - 3-11-75

● PLENÁRIO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

68

O plenário da União dos Sindicatos de Lisboa, realizado no sábado, com a presença de 24 sindicatos (que, curiosamente, não são mencionados pelo «Diário de Notícias»), aprovou um texto, parece que amplamente debatido, que deverá ser entregue pessoalmente ao primeiro-ministro e enviado ao Conselho de Ministros e a cada um dos Ministérios. O documento deverá ser também discutido pelas assembleias de delegados sindicais, cabendo a estes promover a sua discussão nas respectivas empresas.

Segundo o «D.N.», «o plano económico de emergência do VI Governo Provisório e os prejuízos que acarreta para os trabalhadores, a escalada de saneamentos à esquerda e a reintegração e promoção de oficiais reaccionários, a legislação que está para ser promulgada e as tentativas de a prejudicar» são os pontos fundamentais analisados no referido documento. Foram aprovadas ainda numerosas moções, apoiando os trabalhadores da panificação, a luta dos trabalhadores de «O Século» e respectivo director Francisco Lopes Cardoso, apoiando o MPLA e de repúdio ao ministro Almeida Santos. O nosso jornal, juntamente com outros conhecidos (por serem os mais lidos) «órgãos de Informação contra-revolucionários», foi mimoseado com uma simpática moção aprovada com duas honrosas abstenções e um reaccionário voto contra

TRABALHADORES EXIGEM QUE O GOVERNO DIVULGUE AS MEDIDAS ECONÓMICAS

No decorrer do plenário da União dos Sindicatos de Lisboa que contou com a presença de 24 sindicatos, foi decidido elaborar um texto-base que, mais tarde, foi entregue ao primeiro-ministro e enviado ao Conselho de Ministros e cada um dos ministérios.

Na sessão foram analisados: O plano económico de emergência do VI Governo Provisório e os prejuízos que acarreta para os trabalhadores; a escalada de saneamentos à esquerda e a reintegração e promoção de oficiais reaccionários; a legislação que está a ser promulgada e as tentativas de a prejudicar.

No texto-base entregue ao primeiro-ministro precisa a União dos Sindicatos de Lisboa que, «se se tiver de fazer sacrifícios, estes não podem ser pedidos apenas aos trabalhadores. Eles têm de ser exigidos àqueles que nunca os fizeram».

No mesmo documento, enumeram-se alguns aumentos que o VI Governo pretende impor e, no que se refere às questões que os trabalhadores consideram essenciais para o avanço do processo revolucionário e a construção do socialismo em Portugal, aponta-se o avanço e consolidação das nacionalizações; luta eficaz contra a sabotagem económica; controlo operário de produção a todos os níveis; controlo dos sectores fundamentais do comércio externo; avanço da reforma agrária.

«Por isso—acrescenta-se—, os trabalhadores portugueses exigem que o Governo divul-

gue as medidas económicas que pretende tomar, para que sejam amplamente discutidas pelos trabalhadores, antes de entrarem em execução; que sejam punidos severamente os sabotadores da economia e que sejam tomadas medidas que garantam aos trabalhadores o avanço para o socialismo».

Os trabalhadores exigem, ainda, que «sejam divulgadas as condições em que têm sido negociados os empréstimos externos, nomeadamente com a CEE, para que os trabalhadores saibam até que ponto a independência nacional está a ser hipotecada».

SINDICATOS DE ÉVORA PREOCUPAM-SE COM A PREVIDÊNCIA E APOIAM A REFORMA

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora, reunida em plenário com elementos do secretariado nacional e com representações dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, da Construção Civil, Metalúrgicos, Comércio e Serviços, Rodoviários e, ainda, com delegações dos Sindicatos dos Bancários do Sul, Electricistas e Gráficos, deliberaram, entre outras resoluções, reestruturar a União dos Sindicatos de Évora — Intersindical, em termos de organizar e servir a classe trabalhadora do distrito.

Feita uma análise crítica relacionada com a gestão da Previdência e com o avanço da Reforma Agrária, decidiram:

«1 — Necessidade de os trabalhadores se organizarem nos seus locais de trabalho, com vista a discussão dos graves problemas que afectam a previdência social.

2 — Incentivar a discussão destes mesmos problemas por parte de organizações de poder popular.

3 — Exigir que sejam pagas à Previdência as contribuições dos trabalhadores por parte das empresas que estão em dívida.

4 — Exigir por parte do Governo a publicação de legislação

relativa à Previdência, que defenda verdadeiramente os interesses das classes trabalhadoras.

5 — Que se consolide e desenvolva o «contrôle» da Previdência por parte dos trabalhadores através das suas organizações sindicais.

6 — Que sejam postas ao serviço dos trabalhadores agrícolas as máquinas, cereais e adubos para que se consiga levar por diante um aumento de produção agrícola.

7 — Exigir ao VI Governo Provisório que os quatro milhões de contos ainda não utilizados, dos cinco milhões destinados ao Crédito de Emergência, sejam postos de imediato ao serviço das novas unidades colectivas de produção agrícola, pequenos e médios agricultores.

8 — Que sejam punidos todos os grandes proprietários que até à data não tenham requisitado sementes e adubos com vista ao novo ano agrícola.

9 — Apelar para todos os sindicatos e outras organizações populares que exijam do VI Governo Provisório o cumprimento das medidas expressas neste documento.»

Profissionais de Seguros do Norte saem da Intersindical

12 Janeiro
17/11/75

Reunidos no pavilhão gimno-desportivo do Estádio das Antas, em sessão extraordinária da Assembleia Geral, convocada pelo respectivo Sindicato do Norte, os profissionais de seguros decidiram a desvinculação da Intersindical do organismo que os representa, por 685 votos a favor, 158 contra e 7 abstenções.

Nesse plenário, convocado para «Discutir e deliberar sobre a Intersindical — permanência, quotização», entre outros assuntos, registaram-se diversas intervenções sobre este tema, nomeadamente do presidente da Direcção do Sindicato, Justino Cruz Santos, que analisou a actividade da Intersindical desde a sua fundação (em Outubro de 1970) até ao 25 de Abril de 1974.

Deteve-se, depois, numa retrospectiva sobre a acção da central sindical a partir de 25 de Abril do ano passado, considerando-a nem sempre de har-

monia com os interesses dos trabalhadores. Referiu o facto de a Intersindical ter 216 sindicatos filiados mas, desses, apenas 68 pagarem as quotas, para acrescentar o apelo feito por aquele organismo centralizador, em Março passado, alertando para os riscos que daí poderão resultar no sentido de um enfraquecimento da central sindical.

Mais adiante disse não estar de acordo com o critério de atribuição de votos aos sindicatos representados na Intersindical, garantindo que «somos por uma central sindical única, apartidária, independente em relação ao poder político, ao Governo e ao patronato, representativa de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas ideologias, com um secretariado eleito pelos Sindicatos com igual número de votos».

A Direcção apresentou ao plenário uma proposta em que se afirmava, após diversos considerandos, que «permanecemos na Intersindical como elementos activos, de modo a combater os seus erros nos seus alicerces e a torná-la em central unitária de todos os trabalhadores, apenas vinculada aos interesses dos mesmos». Esta proposta nem sequer chegou a ser discutida porque a assembleia a rejeitou por maioria.

Apareceu, entretanto, uma outra proposta em que se apontava para a saída da Intersindical do Sindicato dos Profissionais de Seguros do Norte, proposta essa que foi aprovada por 685 votos a favor, 158 contra e 7 abstenções. Logo, também os profissionais de seguros do Norte deixam de estar representados na central sindical única.